O Brasil debate o pacote

O último pacote do governo está sendo discutido por empresários, trabalhadores, políticos... Os empresários acham que as medidas eram necessárias, mas fazem restrições. Entre os trabalhadores, ninguém gostou. A discussão, nesta página e nas duas seguintes.

Indústria: eram medidas necessárias, mas...

O presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, considerou as medidas adotadas anteontem pelo governo "necessárias e coerentes", mas advertiu: "Ninguém espera milagre para as próximas 24 horas, acabando com a crise".

O empresário Mário Garnero, presidente do Brasilinvest, e o vice-governador do Rio Grande do Sul, Cláudio Strassburger, empresário do setor de calçados, têm a mesma opinião, ao contrário de Pedro Eberhardt, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), e de Dílson Funaro, ex-presidente do Conselho Econômico da Fiesp.

Para Eberhardt, essa era "a última medida" que ele esperava, "porque representa mais um sacrifício que recai sobre o operariado" e, conseqüentemente, haverá maior perda de poder aquisitivo da população, acompanhada da queda de vendas e, portanto, de "mais recessão na economia". A palavra "recessão" também foi usada por Funaro, para quem as novas medidas "não representam uma saída nem para o Brasil nem para os credores".

Mas não havia outra saída, segundo Vidigal:

— Não vejo como desindexar a economia sem atingir também os salários.

Essa é uma contribuição difícil, reconheceu o presidente da Fiesp, principalmente para as faixas de poder aquisitivo mais baixo da população:

— Mas não há como derrubar a inflação, principalmente se o déficit público não for reduzido. Se isso não acontecer, todas essas medidas serão inúteis.

Achatamento e greve

Segundo Vidigal, a questão do achatamento salarial e suas ligações com a greve geral marcada para o próximo dia 21 não refletem necessariamente uma relação obrigatória. Ele acha que a greve marcada para o dia 21 "era, talvez, mais preventiva contra esse pacote, embora seja difícil fazer qualquer análise disso hoje":

— O que posso dizer para os presidentes de sindicatos e federações de trabalhadores é o seguinte: não se esqueçam de que os 80% do INPC, que são limite para as empresas estatais, para nós são piso. Isso não quer dizer que todos os salários passarão acima disso, mas as empresas que puderem vão negociar a partir disso, e não creio que muitas ficarão só nos 80%.

E ele não acredita que a redução dos salários possa afetar o mercado de consumo interno:

— Os bens de consumo interno sofrerão uma pequena retração num primeiro momento, pois o consumidor deverá esperar uma estabilização no preço, deixando um pouco mais seu dinheiro na poupança.

Luís Eulálio acha que esse primeiro momento preventivo será rapidamente estabilizado e, antes do início de 1984, deverá ter alguma recuperação.

Inflação

Sobre a inflação, o presidente da Fiesp disse que o principal resultado já verificado nas taxas de juros registradas ontem "é a reversão da expectativa inflacionária". E essa reversão "já está acontecendo e era o ponto principal", acrescentou, ressaltando que o governo deve "amarrar" tudo isso, "gerenciando essas medidas que já foram decididas". Segundo Vidigal, a partir de agora a Fiesp receberá as denúncias de qualquer empresário a respeito do descumprimento do tabelamento de juros:

— E, como integrante do Conselho Monetário Nacional, vou passar cada uma delas ao Banco Central e procurar saber o que vai acontecer com os infratores.

Ele é contra qualquer tabelamento de juros:

— Acho que ele foi necessário, mas tenho plena certeza de que seria bem mais eficiente se fossem tabeladas a captação e não a aplicação.

O clima ontem na Fiesp era de expectativa não apenas com relação aos resultados econômicos do pacote — principalmente em relação aos juros — mas também quanto às repercussões sociais. Muitos empresários estavam preocupados com a possibilidade de um agravamento na questão social, lembrando que o governo deveria ter mantido alguma compensação para a antiga primeira faixa salarial, de um a três mínimos.

Seriedade

Um diretor da Fiesp, muito ligado ao setor de exportação, comentou que, para garantir as decisões tomadas anteontem, "o governo precisará ter a maior seriedade possível para fiscalizar suas medidas, e assim talvez possamos sair do buraco".

O vice-presidente da Fiesp, Nildo Mazini, considerou "inócua" a redução de salários:

— Agravará as tensões sociais e não repercutirá significativamente na inflação. Eu acho que, quem imaginar que a redução de salários vai diminuir a inflação, está enganado, porque isso já foi feito e a inflação não caiu. Também fizeram várias modificações na política salarial, com a perspectiva de empurrar a inflação para baixo e aumentar o emprego, mas isso não ocorreu, muito pelo contrário. Acho, inclusive, que foi um retrocesso em termos de negociação coletiva, já que não se negociarão mais as cláusulas econômicas (o INPC, principalmente), reduzindo as negociações às cláusulas eminentemente sociais. Sou contrário a que se culpe o trabalhador pelas dificuldades econômicas que atravessamos. Por isso, não concordo com essa redução salarial.

Quanto ao tabelamento de juros, "foi mais uma medida de ordem política, que praticamente vem complementar o decreto para justificar que foram tomadas medidas contra o setor financeiro, para contrabalançar as medidas de redução salarial". Mas, na prática, acrescentou, "isso vai funcionar muito pouco, pois com a pequena liquidez em que se encontra o sistema financeiro serão pedidas outras compensações do tipo reciprocidade bancária, para equilibrar a baixa do juro através do tabelamento".

"Foram medidas duras, mas tinham que ser tomadas", comentou outro diretor da Fiesp, Luís Eduardo Pacheco Campiglia. "Pelo menos daqui para a frente as regras do jogo foram estabelecidas, o que poderá ser um estímulo no setor imobiliário". Mário Garnero defendeu o FMI, alegando que as exigências do órgão coincidem com o que "qualquer um de nós está vendo, são uma imposição da sociedade para terminar com a inflação". Claudio Strassburger admitiu que "a grande massa de trabalhadores terá seu poder aquisivo reduzido, o que também afetará o comércio e a indústria", mas mesmo assim apoiou as decisões.

— Acredito que pela primeira vez se tomou um conjunto de medidas que tem condições de devolver uma expectativa positiva aos empresários, em termos de evolução na economia nacional — foi o comentário do empresário Eugênio Staub, presidente da Gradiente.

José Mindlin destacou a importância de medidas mais efetivas para a redução do déficit público. "Para dar segurança de que essa baixa do poder aquisitivo vai ajudar a reduzir a inflação":

— A redução do consumo faz parte dessa política recessiva e pode até dar certo, mas tem que ser geral. Caso contrário, teremos a queda do poder de compra somada a uma inflação mais alta.

E Paulo Vellinho, vice-presidente da CNI e presidente da Springer, acha que o pacote "não correspondeu às expectativas".

— Sempre sonhei com a livre negociação de salários, mas com base em sindicatos fortes e independentes, um salário mínimo de Cr$ 60 mil e na lei da oferta e da procura. Este corte de vinte por cento no INPC desmontou tudo, pois só vai beneficiar quem ganha mais de vinte salários mínimos. Assim mesmo, com um ganho real de apenas 5%.

Luís Eulálio acha que não se pode esperar um milagre em 24 horas. Dilson Funaro acha que as medidas são recessivas. Colassuono gostou por causa da classe média.

DISCUSSÕES?

Na reunião do pacote, ministros contra ministros.

Há informações de que o pacote que alterou a política salarial não foi produzido harmoniosamente dentro do governo, e que aprofundou mais ainda maldisfarçadas divergências entre os ministros. Discussões acirradas teriam sido travadas, na quarta-feira, entre diversos ministros e o do Planejamento, Delfim Netto, numa reunião realizada no gabinete do ministro Leitão de Abreu, chefe do gabinete civil da Presidência da República.

As reuniões ocorreram antes da reunião do Conselho de Segurança Nacional em que foi decidido o "pacote", e teriam feito esta reunião atrasar 40 minutos, tempo em que também o presidente Figueiredo ficou aguardando.

Segundo revelou a seus assessores um dos participantes da reunião, a principal discussão teria sido travada entre Hélio Beltrão, da Previdência e Assistência Social, e Delfim. O ministro da Previdência teria se recusado a assinar o pacote, argumentando que não havia sido consultado previamente, discordava das medidas, temia que viessem a reduzir os recursos para a Previdência Social e, além disso, não acreditava mais no ministro do Planejamento, principal arquiteto das medidas.

O ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, também se teria oposto, argumentando que o pacote era inconstitucional, tese endossada pelo ministro Mário Andreazza, do Interior, também contrário. O ministro Leitão de Abreu teria convencido os discordantes, principalmente Hélio Beltrão, a assinar o documento, argumentando que o presidente Figueiredo queria o respaldo unânime dos ministros, e poderia até renunciar, se a unanimidade não fosse obtida.

Comércio: o reajuste unificado é bom. Mas...

Os reajustes salariais unificados, uma conseqüência do decreto-lei 2045, que eliminou as faixas salariais, agradaram à Federação do Comércio do Estado de São Paulo, cujo presidente em exercício, Abram Szajman, afirmou ontem que a unificação é uma antiga reivindicação da entidade. Mas a entidade representativa do comércio lamenta que a unificação não tenha sido feita com 100% do INPC.

Na opinião do empresário, "o percentual de 80% do INPC seria aceitável desde que a desindexação fosse global. Ao incidir apenas sobre os salários, ele afirma não ter dúvidas de que o decreto pode transformar-se em "uma medida concentradora de renda, ao transferir o ônus da inflação ao trabalho, mantendo abertas as saídas para os ganhos de capital".

Abram Szajman observou ainda que se a intenção do governo foi melhorar os ganhos da classe média assalariada, o objetivo não será atingido pois, além de não haver qualquer garantia de que o INPC não será mais expurgado, não foram adotadas medidas relativas ao Imposto de Renda retido na fonte. "Se os salários serão ajustados em 80% do INPC, expurgado e semestral, a tabela do Imposto de Renda continuará obedecendo reajustes anuais", disse. "Por esse motivo, quem ganha em torno de 3 salários mínimos perderá 4%; e os que ganham 5 salários mínimos vão perder cerca de 7% do salário real."

"Precisamos reduzir a inflação a qualquer preço" — afirma ainda Abram Szajman. "E, para isso, os banqueiros deveriam acompanhar a sensibilidade do presidente da República, não exigindo reciprocidades. Quanto aos empresários não-financeiros, têm a responsabilidade de repassar para os preços de seus produtos os ganhos advindos de uma folha de pagamento menor e da diminuição do custo financeiro decorrente da limitação dos juros."

Livre negociação

Mais perigosa que as distorções na estrutura de renda que poderão ser provocadas pelo decreto nº 2.045 é, na opinião do presidente em exercício da Federação do Comércio, a livre negociação. "Enquanto a sociedade discute reajustes salariais em função de um INPC" — afirma Abram Szajman —, "a lei faculta ao empregador e empregado a realização de acordo. Numa situação de crise como a que atravessamos, o assalariado precisa do emprego, e o empregador vive em permanente dificuldade — e estes são os ingredientes básicos para que o acordo prevaleça em detrimento da lei".

Para o empresário, é essencial que, neste quadro, não prevaleça "uma miopia empresarial", pois o empresário deve dar-se conta de que reajustes salariais abaixo da inflação restringem o mercado, realimentam a crise e trazem novos custos sociais. "É mais vantajoso para qualquer empresário maior custo econômico do que a desestabilização social."

O presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais, Nilton Veloso, mostrou-se mais otimista que seu colega paulista, e confiante na queda da inflação.

— "Vamos, realmente começar a combater a inflação, de forma definitiva" — disse ele. Acrescentou que uma diferença que pode haver nos salários, pelas medidas econômicas ontem decretadas, "vai-se refletir, rapidamente, nos preços, o que é importante, pois não adianta ter aumentos fictícios de salários e ver os preços aumentando no dia seguinte, mais que o aumento dos salários".

Elogiou o presidente Figueiredo pelo conjunto de medidas econômicas adotadas, afirmando que ele foi responsável e corajoso. "As medidas podem ser amargas agora, mas, dentro de pouco tempo, os brasileiros vão aplaudir." E gostou também do tabelamento dos juros. "Esta medida veio em atendimento a uma reivindicação das classes produtoras, e irá proporcionar, juntamente com outra medida, a dos salários, um ponto final na rotatividade dos empregos."

No setor do transporte rodoviário, também foi bem recebido o "pacote". O presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga — NTC — Thiers Fattori Costa, disse que ele se constituiu "numa terapia dolorosa, mas necessária".

Considerando como compatíveis as medidas que limitam os reajustes das prestações da casa própria e dos aluguéis, Thiers Fattori Costa enfatizou que espera que elas representem efetivamente o início do ciclo de domínio da inflação pelo governo federal, pois se isso não ocorrer, ou seja, se a inflação não cair, seus efeitos irão refletir-se negativamente em outros setores da economia nacional, particularmente no de construção civil.

Economistas: a classe média saiu ganhando. Mas...

Entre os economistas, as novas medidas provocaram as mais diferentes reações, especialmente em relação ao fim das faixas salariais para efeito de aumento. Há os que defendem o pacote, ressaltando os benefícios que ele trará à classe média, e os que o condenam veementemente, por reduzir ainda mais o poder aquisitivo da maioria da população.

O presidente do Sindicato e da Ordem dos Economistas de São Paulo, Miguel Colasuonno, disse que, de todas as medidas tomadas pelo governo, a de fixar salários na base de 80% do INPC "parece extremamente importante, porque, pela primeira vez, ficou preservada a capacidade de consumo da classe média".

Ao ser indagado se a fixação de todos os salários em 80%, do Índice nacional de Preços ao Consumidor não representará substancial perda de poder das classes trabalhadoras de menor renda, Colasuonno, que também preside a Embratur, limitou-se a responder: "Quando a classe média está elevada, ela arrasta a classe proletária para obter melhor situação".

Em palestra proferida na Confederação Nacional da Indústria, ontem, no Rio, o economista e professor da PUC, Edmar Bacha, afirmou que o novo pacote econômico, corrigindo os salários em apenas 80% do INPC durante dois anos, vai provocar perda de 25% no poder de compra dos assalariados entre agosto deste ano e agosto de 1985, se for considerado um INPC semestral constante de 55% até o final do período.

O economista disse ainda que a perda salarial causada pelo pacote poderá ser ainda maior no período, se for considerado não apenas o que os salários deixarão de comprar mas também o que os assalariados deixarão de ganhar. Desse modo, quem ganhava Cr$ 100 mil em fevereiro de 1983 passaria a ganhar Cr$ 144 mil em agosto próximo, quando a correção integral pelo INPC (55%) lhe daria um salário de Cr$ 155 mil. A diferença — Cr$ 11 mil — representa 7,1% a menos de poder de compra em relação ao salário corrigido integralmente de Cr$ 155 mil. E significa que o assalariado deixará de ganhar 7,63%. Com base neste raciocínio, e considerando que tanto a perda de poder aquisitivo quanto a perda salarial vão-se acumulando no tempo, ao final do período, de acordo com os cálculos do economista, os assalariados teriam perdido 25,5% em poder de compra e deixado de ganhar 34,2%.

Para o presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Luiz Carlos Bresser Pereira, o novo pacote econômico do governo está na "linha correta", à medida que promove a desindexação da economia impedindo, assim, que a inflação se torne autônoma. Mas criticou a aplicação de 80% do INPC em todas as faixas salariais: "Não aceito esta idéia de que os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos paguem por esse custo também. Acho que isso deveria ficar muito mais para os rentistas e para os altos salários".

O que mais impressionou sindicatos de trabalhadores e especialistas da área econômica, em Curitiba, nas medidas anunciadas anteontem, foi a presença do Conselho de Segurança Nacional, que passa a respaldar explicitamente a política econômica do governo. Esta é a opinião do economista Mariano Macedo, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), que define a limitação dos reajustes em 80% do INPC como a "maxidesindexação" dos salários.

Agricultura: é um caminho contra a crise. Mas...

O tabelamento dos juros, "se não foi uma providência aceitável sob o aspecto de livre mercado e da lei da oferta e procura, pelo menos é um caminho para evitar a evolução da crise". O comentário foi feito ontem pelo presidente da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), Fábio Meirelles, ao manifestar a esperança de que o último pacote venha mesmo resolver os problemas do País.

Meirelles lembrou que a Faesp sempre condenou qualquer tipo de tabelamento e manifestou o temor de que haja redução da oferta de dinheiro. Além disso, os bancos podem aumentar suas exigências de reciprocidade, impondo aumentos no saldo médio para a concessão de empréstimos.

Uma maneira de evitar isso seria diminuir o recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, vinculando talvez esta redução ao aumento dos repasses para o setor rural.

Fábio Meirelles entende também que o reajuste médio de 135% aplicado aos VBCs (valores básicos de custeio) é insuficiente para as necessidades da agricultura. Mesmo assim, trata-se de um percentual aceitável, pois os agricultores estão conscientes das dificuldades do País.

A posição definitiva da Faesp sobre os VBCs será divulgada nas próximas horas, juntamente com um estudo da entidade sobre as principais atividades do setor. "O que não se pode perder de vista — disse Fábio Meirelles — é o estabelecimento de melhores preços, compatíveis com o custo do dinheiro, onerado pelos juros, em que pese o controle que agora o governo está consolidando."

MOTEL Classe A
Marselha
TEL.: 271-9304
V. PRUDENTE
Av. Prof. Luiz Inácio de Anhaia Melo, 2.300

"Não deve ser coisa boa..."

O cardeal dom Avelar Brandão, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, disse ontem que "tem havido uma crise de credibilidade dos que estão à frente da área econômica do País", e frisou que "urge restabelecer essa credibilidade através de critérios muito nítidos". Um dos caminhos apontados pelo cardeal é o de que as autoridades "ouçam os brasileiros sobre tudo que lhes diz respeito antes de tomarem decisões, o que, lamentavelmente, não vem acontecendo". Dom Avelar Brandão desculpou-se por não opinar sobre as medidas adotadas "porque me parecem muito técnicas", mas adiantou: "Não deve ser coisa boa". O cardeal disse que a crise piorou "depois que fomos bater nas portas do FMI", mas acha que o maior culpado "é o Brasil, que não soube administrar e gerir seus bens e explorar potencialidades".